



AS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – APA – NO MATO GROSSO DO SUL: REPRESENTATIVIDADE E GESTÃO

BARROS, Stefani Souza Santos¹ (stefani.barros@yahoo.com.br); **GAONA, Jairo Campos**² (jairogaona@ufgd.edu.br); **SILVA, Sandro Menezes**² (sandromenezes@ufgd.edu.br)

¹ Discente do curso de Gestão Ambiental, Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais - UFGD

² Docentes da Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais - UFGD

O Mato Grosso do Sul está em zona de transição entre grandes regiões naturais da América do Sul, como as florestas tropicais, savanas e estepes, com representação dos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal. Isso faz com que sua biodiversidade seja notável, com várias espécies endêmicas e/ou ameaçadas de extinção. Além disso, ocorrem no Estado populações saudáveis de várias espécies ameaçadas, notadamente no Pantanal, que em outras regiões brasileiras estão em declínio ou já se extinguíram localmente, como a Onça-pintada, a Arara-azul e o Cervo-do-Pantanal. Ao mesmo tempo, o Estado é responsável por grande parte da produção agrossilvopastoril brasileira, o que tem levado à conversão acelerada de suas áreas naturais. Frente a esse cenário, a definição de áreas naturais protegidas é uma estratégia importante para conservação da biodiversidade, e, dentro dessas, as unidades de conservação são as mais eficazes, desde que adequadamente localizadas e devidamente manejadas, pois garantem a manutenção dos processos ecológicos e serviços ecossistêmicos. As Áreas de Proteção Ambiental – APA – são unidades de conservação de uso sustentável, amplamente difundidas no país, mas que têm sido pouco eficientes para a conservação em função de suas características e objetivos de gestão. Esse estudo avaliou as APA no Mato Grosso do Sul com base em levantamento de aspectos relacionados à extensão, localização, jurisdição e formas de gestão, por meio de pesquisa em documentos físicos e digitais, em *sites* e portais de notícias e informações sobre conservação e áreas naturais protegidas. As informações foram organizadas em planilha eletrônica para as devidas análises, sendo os resultados organizados para publicações científicas e divulgação aos grupos de interesse relacionados à conservação da biodiversidade. Existem 28 APA no Estado, com áreas em 40 municípios, sendo a maior extensão localizada no Cerrado, com pouco mais da metade da extensão total, que é de quase quatro milhões de hectares. Os municípios com maior extensão em APA são Paraíso das Águas, Costa Rica, Inocência, Chapadão do Sul e Amambai. Há somente uma APA federal e duas estaduais, sendo as demais municipais, a maioria criada a partir de 2000, notadamente entre 2003 e 2006, quando 20 áreas foram criadas. Algumas foram criadas equivocadamente, pois embora sejam municipais, incluíam territórios de outros municípios, o que demandou adequação às normas vigentes, como ocorreu na APA da Bacia do Rio Iguatemi. O plano de manejo, documento fundamental para gestão das áreas, existe para 14 áreas, está em elaboração em seis e não foi encontrado para oito APA; somente uma área teve seu plano de manejo já revisado, sendo a maioria dos planos elaborados após 2008. Dez APA têm Conselho Consultivo, porém não foram encontradas informações sobre o funcionamento desses conselhos, uma vez que, para que sejam efetivos, devem reunir-se periodicamente para apoiar a gestão das áreas. As informações sobre as APA apresentam diversas lacunas e estão bastante dispersas, o que dificultou o levantamento dos dados dessa pesquisa. Como as APA são decretadas e geridas pelo poder público, esperava-se que houvesse maior transparência e efetividade de gestão das áreas, aproximando-as da população em geral e valorizando o seu papel para a sociedade, maior beneficiária das áreas naturais protegidas.

Palavras-chave: governança, biodiversidade, áreas naturais protegidas.

Agradecimentos: À Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFGD pelo auxílio financeiro para realização desse estudo, incluindo a bolsa concedida à primeira autora.